



## **PLANO DE AÇÃO DA ESCOLA SUPERIOR DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAPÁ: PERÍODO 2022.2**

O presente plano de ação está sendo realizado, em face de replanejamento decorrente de insumos encontrados no relatório que avaliou e diagnosticou o perfil e anseios educacionais dos Defensores Públicos, Coordenadores e Assessores Jurídicos da Defensoria Pública do Estado do Amapá.

**MACAPÁ**  
2022



## 1 – CONTEXTUALIZAÇÃO PARA IMPLEMENTAÇÃO DO PLANO DE AÇÃO

O plano de ação é um documento pelo qual se planeja e registra ações a serem executadas para o direcionamento coordenado de trabalho para conhecimento de todos que participam da gestão, mas, também para o estabelecimento de rotina e objetivos a serem alcançados pelos colaboradores.

Pois bem, feitas estas considerações o referido plano de ação está alinhado com as ações previstas no Plano Pedagógico Institucional da Escola Superior da Defensoria Pública (ESUDPE), assim como com o planejamento estratégico, deste Órgão, e dos insumos colhidos na aplicação do questionário realizado pela ESUDPE direcionado aos membros, servidores e coordenadores da DPE-AP.

Como bem se sabe, a Escola Superior da Defensoria Pública do Amapá (ESUDPE-AP), é Órgão Auxiliar a Defensoria Pública Geral para implementação e Coordenação de atividades de políticas de gestão de conhecimento, que busca capacitar membros e servidores, para que estes possam melhor prestar seus serviços institucionais.

Com isto em mente, a missão da ESUDPE é “Educar para formar cidadãos” preparando aos membros, servidores, coordenadores e demais colaboradores para exercer sua função finalística com base nos seguintes valores:

- a. **Foco no cidadão:** Promover cidadania e difusão de conhecimento jurídicos;
- b. **Humanização:** conscientizar membros, servidores e cidadãos da necessidade da proteção do ser humano e de seus direitos;
- c. **Acolhimento:** tratar e receber as pessoas com empatia e respeito;
- d. **Ética:** propagar boas práticas de convívio em sociedade;
- e. **Inovação:** contribuir para construção de uma Defensoria Pública criativa, moderna e eficaz na efetivação e manutenção de direitos;
- f. **Eficiência:** colaborar para capacitação técnica de membros e colaboradores para o exercício de suas funções institucionais.

Para tanto são objetivos a serem perseguidos pela Escola Superior da Defensoria Pública do Estado do Amapá:

- a. Promover a atualização profissional dos membros, servidores e demais colaboradores da DPE-AP;
- b. Realizar intercâmbios e convênios com Instituições de Ensino, Órgãos Públicos e entidades da Sociedade Civil;
- c. Promover curso de formação de novos Defensores Públicos;



- d. Auxiliar o Conselho Superior da DPE-AP, para criação de indicadores para mensuração da qualidade dos serviços prestados;
- e. Organizar eventos jurídicos e encontros anuais de Defensores Públicos;
- f. Propagar valores institucionais e difundir por meio de evento e cartilhas valores democráticos e de Direitos Humanos;
- g. Realizar estudos e pesquisas bibliográfica, em prol da Defensoria;
- h. Incentivar atividade científicas para produção de conhecimento jurídico;
- i. Criar atividades multidisciplinar para inclusão social.

As atribuições da Defensoria Pública do Estado do Amapá e de sua Escola Superior decorrem das disposições previstas no art. 134, da Constituição Federal de 1988, bem como da Lei complementar 121/2019 e da Resolução 25/2020, do Conselho Superior da Defensoria Pública do Estado do Amapá.

Feito este introito passamos a descrever a composição da ESUDPE, visão de gestão, os desafios do planejamento de 2022, descrição sucinta das ações que ocorreram no primeiro semestre do corrente ano e das ações planejadas para o segundo semestre deste ano, assim como veremos a seguir.

## **2 – DOS INTEGRANTES DA ESCOLA SUPERIOR DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAPÁ.**

A ESUDPE é composta por 01 (um) Defensor Público, que exerce a função de Direção, bem como por um 01(um) auxiliar de atividade nível II e 01(um) Coordenador Técnico. Abaixo descrevemos cada colaborador com sua respectiva função:

- a. Roberto Coutinho Filho - Diretor da Escola Superior da Defensoria Pública do Amapá
- b. Milton Pereira Neto – Cargo de Coordenador Técnico – Escola Superior da Defensoria Pública do Estado do Amapá.
- c. Elizama de Paula R.R. Dias - Cargo de Responsável por Atividade Nível II - Escola Superior da Defensoria Pública do Estado do Amapá.



### **3 – VISÃO DA ESUDPE PARA O ANO DE 2022**

Para o âmbito interno se pensou uma articulação próxima da Escola com outros setores da Defensoria Pública, como Coordenação de Planejamento, Coordenação de Tecnologia da Informação, Núcleos da capital e do interior.

Pretende-se, ainda, neste âmbito a formação, aperfeiçoamento e atualização dos membros integrantes da DPE-AP, Assessores Jurídicos e Coordenadores.

Apoio nas demandas internas da DPE-AP relacionado ao aspecto educacional, bem como para promoção e participação de processos seletivos, em especial para estagiário e assessor jurídico.

Por outro lado, no âmbito externo, pretende-se ampliar a divulgação dos valores institucionais, assim como participar ativamente junto a sociedade para o fortalecimento dos ideais democráticos e humanísticos.

Para tanto, no curso do ano de 2022, serão celebrados convênios e termos de parcerias com Instituições de Nível Superior e outras entidades públicas e privadas, além de permitir que o público externo possa ter acesso a cursos promovidos pela ESUDPE.

### **4 – DESAFIOS PARA O PLANEJAMENTO DE 2022**

Para a execução da visão supramencionada pela ESUDPE, se fará necessário estabelecer fluxo organizacionais para que haja sinergia entre outros órgãos e departamentos da DPE-AP.

Para a oferta de cursos no âmbito interno e externo se faz necessário a criação do banco de talentos, que em um primeiro momento poderá ser composto por membros da DPE e outros colaboradores que se voluntariem e no futuro por profissionais que se habilitem junto a DPE-AP, por meio do hotsite que será criado.

Outro ponto de atenção é dar continuidade a programas já estabelecidos pela gestão passada como “Defensoria + perto”, que é uma atividade de extensão promovida pela ESUDPE junto as Instituições de Ensino Superior.

Outra dificuldade que poderá surgir é a dificuldade para promover interlocução com alguns entes públicos ou privados que não retornaram integralmente com suas atividades, em face da pandemia da Covid 19.

Elaborar edital de estágio, acompanhar a execução da prova e da correção, bem como firmar ou restabelecer convênios com a Instituições de Nível Superior em conjunto com a Coordenação de Estágio Forense.

Produzir o plano pedagógico institucional e atender os anseios da gestão superior da Defensoria Pública do Estado do Amapá, para que este plano esteja alinhado com o planejamento estratégico estabelecido pela Coordenação de Planejamento em conjunto com a Administração Superior, desta Defensoria.

Por fim, manter estimulados o público-alvo, principalmente, interno para participarem das atividades propostas para concretizar o aperfeiçoamento e atualização técnica desejada.

**5 – AÇÕES DESENVOLVIDAS PELA ESUDPE NO PRIMEIRO SEMESTRE DE 2022:**

<b>NO ÂMBITO INTERNO</b>	<b>NO ÂMBITO EXTERNO</b>
Processo Seletivo e seleção do Coordenador técnico da ESUDPE.	Interlocução com a Instituições Estácio Amapá e Macapá para realização de ações de extensão e projetos educacionais.
Curso Básico de Libras	Interlocução com o Colégio Estadual Lauro Chaves para realização de ações de extensão na comunidade do Muca.
Curso de Formação de Defensores Públicos: Silvia Pittigliani, André Felipe, José Augusto Norat Bastos Filho e Ramon Simões de Souza, Rodrigo Dias Saraiva	Interlocução da ESUDPE junto a Coordenação do Curso de Direito da Faculdade Estácio Amapá para início de ação de Extensão denominada “Assistência jurídica aos reeducandos do Instituto Penitenciário do Estado do Amapá, como implemento da Dignidade Humana” em conjunto com os núcleos Criminais e de Execução Penal. Projeto este que, ainda, está em curso.
Curso de Formação de membros ofereceu uma aula de história do Amapá com o tema: Grão-Pará ao Amapá: um percurso histórico, ministrada pelo professor doutor Paulo Cambraia. A aula, aberta para todos os membros e servidores, ocorrerá pelo Zoom, das 20h às 21h. pelo zoom.	
Emissão de certificados de cursos realizados	Interlocução com membros da Universidade Federal do Estado do Amapá. Projeto Guardiões Ribeirinhos.
Ações em conjunto com a COPLAN para aplicação de questionário e SWOT	Interlocução com a Caixa de assistência da Ordem dos Advogados do Amapá.
Oficina com a COPLAN desdobramento da cadeia de valores	Defensoria Pública + perto: por um Amapá inclusivo – Autismo. Projeto executado com o suporte da Coordenação de Comunicação.
Reuniões de transição de gestão da ESUDPE entre o Defensor Público Igor Freire para com o atual Diretor Roberto Coutinho, juntamente com o corpo técnico.	Interlocução com a Escola Superior da Assembleia Legislativa do Estado do Amapá.
Treinamento em conjunto com a Coordenadoria de Tecnologia da Informação sobre os “Sistemas da DPE-AP”.	Representação da DPE-AP, perante a reunião da Comissão Especializada em Escolas Superiores e Centros de Estudos do CONDEGE
Treinamento destinado ao SIAC do Estado do Amapá, Sistema Solar.	Defensoria Pública + perto: Defensoria em prol delas.

Criação do Portal da ESUDPE	Defensoria Pública + perto: Direito Fundamental à Defesa Criminal.
Aplicação de questionário, levantamento de necessidades dos membros, servidores e outros	Elaboração da Minuta do processo seletivo para estágio remunerado e Direito.

<b>NO ÂMBITO INTERNO</b>	<b>NO ÂMBITO EXTERNO</b>
Curso prático “Sistema Solar” para o Núcleo Criminal de Macapá	
Minuta do Plano Pedagógico Institucional de 2022 a 2024 da Escola Superior da Defensoria Pública do Amapá.	
Minuta do Estudo Preliminar Técnico para aquisição de licença do software para correção de provas de processos seletivos promovidos pela DPE-AP.	
Curso: “Conhecendo e entendendo o Estao do Amapá”	
Curso: “Defensoria Pública: além da atuação judicial”	

## **6 – DAS AÇÕES DELINEADAS PARA SEREM EXECUTADAS NO CURSO DO SEGUNDO SEMESTRE DE 2022**

Para o segundo semestre a ESUDPE ter por planejamento focar em ações de ensino voltadas tanto para o público interno quanto para o público externo.

Inicialmente, será realizado dois cursos extensivos de temas essenciais a prática forense dos Defensores Públicos, sendo selecionado diversos temas dentro das necessidades contatadas no relatório do instrumento de questionário que foi aplicado no primeiro ciclo do corrente ano.

Destaca-se que os cursos equivalerão a 30h (trinta) horas voltados para o campo do Direito Penal e Processo Penal, assim como para o Direito Civil e Processo Civil, sendo que só será emitido certificado ao participante que tiver participado no mínimo 75% (setenta e cinco por cento) dos temas ministrados por eixo.

Prioritariamente, os referidos cursos ocorrerão no turno vespertino nas quartas-feiras ou sextas-feiras, a depender da disponibilidade do Professor Ministrante.

Além dos cursos que a seguir, passaremos a detalhar a ESUDPE, pretende neste ciclo semestral estreitar relações com Instituições de Ensino Superior para auxiliar na ativação ou renovação de convênio de Estágio, bem como para obter oferta de bolsas de estudo para seus membros, servidores, colaboradores e dependentes destes, para que possam cursar outras graduações ou pós-graduações *latu sensu*.

A referida medida é salutar para manutenção do clima organizacional, mas principalmente para a qualificação do quadro de funcionário e prestadores de serviços da Defensoria Pública do Estado do Amapá.

Ainda neste ciclo, se fará o acompanhamento do processo seletivo de estágio, sendo o papel da ESUDPE dar suporte a Comissão Organizadora, bem como a Coordenação de Estágio Forense. Estima-se que as avaliações ocorrerão no mês de setembro do presente ano.

Outra atividade será o acompanhamento e participação na interlocução junto a Faculdade Estácio Amapá e com o Núcleo Criminal e de Execução Criminal da DPE-AP para a aplicação de oficinas práticas para acadêmicos e estagiários que participaram da ação extensiva de responsabilidade social dentro do IAPEN, no projeto em titulado “Assistência jurídica a reeducandos do Instituto Penitenciário do Estado do Amapá, como implemento da Dignidade Humana”. O qual passaremos a descrever adiante.

## **6.1 Dos cursos de extensivos de ensino.**

### **6.1.2 Do curso de práticas forenses criminais essenciais:**

Assim como explanado anteriormente o destacado curso terá 30h, sendo que será ofertado de forma híbrida com a abordagem presencial ou virtual para com alguns temas, a depender das peculiaridades dos Professores Ministrantes.

O foco é aperfeiçoar e atualizar o corpo de membros e assessores sobre temas jurídicos relevantes para atuação funcional das atividades desempenhadas pela Defensoria Pública.

O curso é gratuito e está estruturado com os seguintes temas:

#### **a) Aula inaugural sobre “Teoria da Nulidade do Processo Penal”:**

**Data confirmada para realização:** 17 de agosto de 2022, às 16 horas.

Evento será telepresencial, por via da plataforma “Youtube” aberto ao público interno (membros, servidores e colaboradores) e externo (acadêmicos do Curso de Direito e outros cidadãos que possuam interesse sobre a temática).

**Metodologia de ensino:** aula dogmática, expositiva, reflexiva e dialogada.

**Professor Ministrante (confirmado): Rosmar Antonni Rodrigues Cavalcanti de Alencar**, que é Doutor em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (2015). Obteve grau máximo à defesa de sua Tese, publicada como livro pela Editora Noeses, sob o título “Teoria da nulidade no processo penal”, sob orientação de Tácio Lacerda Gama e com pesquisa também acompanhada por Afrânio Silva Jardim. Autor do “Curso de direito processual penal: em conformidade com a teoria do direito” (Editora Noeses). É Mestre em Direito pela Universidade Federal da Bahia (2008). Especialista em Direito Processual Penal pela Fundação Escola Superior do Ministério Público do Rio Grande do Norte (2005). Graduado em Direito pela Universidade Federal de Alagoas (2001) e em Ciências Militares da, com ênfase em Defesa Social (Curso de Formação de Oficiais) pela Academia de Polícia Militar de Minas Gerais (1995). Membro da



Associação dos Juizes para a Democracia (AJD). Coautor do "Curso de processo penal e execução penal", em sua Décima Sexta Edição (Editora Juspodivm). Juiz Federal Titular da 7ª Vara Federal da Seção Judiciária de Alagoas, Diretor da Subseção Judiciária de União dos Palmares (Alagoas). Professor Adjunto da Universidade Federal de Alagoas (Faculdade de Direito de Alagoas), junto à Pós Graduação (Mestrado) e à Graduação, onde é membro do Núcleo Docente Estruturante). Professor Titular do Centro Universitário Tiradentes - Alagoas. Acadêmico Efetivo, ocupante da cadeira de n.º 14, do Quadro Especial, da Academia Maceioense de Letras (Fundada em 11 de agosto de 1955). Membro do Conselho Editorial da Editora Núria Fabris (Porto Alegre/RS). Membro do Corpo de Pareceristas da Revista Brasileira de Ciências Criminais - RBCCRIM. Tem experiência na área de Direito, com ênfase em Direito Processual Penal e Filosofia do Direito, atuando principalmente nos seguintes temas: nulidades e provas no processo penal.

**Objetivo:** a aula tem por finalidade reforçar, aperfeiçoando ou atualizando, o participante sobre o Sistema de Nulidade e Constituição adotado no Brasil, em especial quanto a sua natureza e efeitos.

Instruindo assim ao aluno no sentido de tornar capaz de lidar com as concepções estabelecidas pela Doutrina, legislação e especialmente a jurisprudência.

Habilitando a este aluno a pôr em prática o conhecimento, em questão, técnico que será adquirido para a promoção dos valores institucionais e para consolidação da ordem e paz social.

**b) Aula sobre “Cadeia de custódia da Prova Penal”:**

**Data a confirmar para realização:** planejamos a depender da agenda do professor convidado realizar o evento no dia **19 de setembro de 2022**, às 16 horas.

Evento será presencialmente no auditório da Universidade Federal do Estado do Amapá, aberto ao público interno (membros, servidores e colaboradores) e externo (acadêmicos do Curso de Direito e outros cidadãos que possuam interesse sobre a temática).

**Metodologia de ensino:** aula dogmática, expositiva, reflexiva e dialogada.

**Professor Ministrante (a confirmar): Auriney Uchôa de Brito**, possui graduação em Direito pela Faculdade Farias Brito-CE. Advogado Criminal. É Especialista em Direito Penal e Processo Penal pela Universidade Gama Filho-RJ, Especialista em Direito Penal Econômico e Europeu pela Universidade de Coimbra - Portugal, Especialista em Direito Penal e Processual Penal pela Escola Paulista de Direito-SP, Mestre em Direito na sociedade da informação pela UniFMU-SP e Doutorando em Direito Romano pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa. Investigador nomeado do Departamento de Teoria e História do Direito da Universidade de Lisboa. Estudou Direito Penal Europeu e Internacional na George-August Universitat Göttingen, na Alemanha. É conferencista, já tendo ministrado Palestras no Brasil e no exterior, a exemplo do Seminário Internacional de Combate ao Crime e garantias constitucionais, na Corte Europeia de Direitos Humanos em Strasbourg, França e do Curso de Direito Luso-Brasileiro, realizado pela Universidade de Lisboa. É Professor do curso de Especialização em Direito Penal e Processual Penal da Escola Paulista de Direito-EPD em São Paulo e da Faculdade CEAP no Amapá. Foi Membro da Comissão de Direito na Sociedade da Informação da OAB-SP e Membro





Consultor da Comissão de Crimes de Alta tecnologia da OAB/SP. Diretor e Membro efetivo do Instituto dos Advogados do Amapá. Foi Diretor-Geral da Escola Superior de Advocacia do Amapá (2015) e por um mandato foi Vice-Presidente da OAB/AP (2016-2018). Foi eleito Presidente da OAB/AP para a gestão 2019-2021 e Reeleito Presidente para o mandato 2021-2024, é Membro da Escola Nacional de Advocacia e Membro da Coordenação Nacional de Exame da Ordem. É Membro da Academia Cearense de Direito, Presidente da Academia de Letras Jurídicas do Amapá e Membro vitalício da Academia Brasileira de Direito, Titular da cadeira nº 20. É escritor, autor de diversos artigos e livros publicados, com destaque para as Obras "Direito Penal Informático" e "Propaganda Eleitoral na Internet", ambos publicados pela editora Saraiva.

**Objetivo:** a aula tem por finalidade reforçar, aperfeiçoando ou atualizando, o participante sobre a cadeia de custódia das provas aplicado ao processo penal com reflexão sobre seus princípios, características, finalidades, formas e meios de provas e a prática forense estabelecida pelos Tribunais Pátrios, em especial pelo entendimento consolidado pelo Tribunal de Justiça do Estado do Amapá, em especial após a implementação do Pacote Anticrime.

**c) Aula sobre “Prescrição da pena - Teoria e prática forense”:**

**Data confirmada para realização:** 20 de setembro de 2022, às 19 horas.

Evento será presencialmente no auditório da Universidade Federal do Estado do Amapá, aberto ao público interno (membros, servidores e colaboradores) e externo (acadêmicos do Curso de Direito e outros cidadãos que possuam interesse sobre a temática).

**Metodologia de ensino:** aula dogmática, expositiva, reflexiva e dialogada.

**Professor Ministrante:** Maurício Silva Pereira, Bacharel em Direito pela Universidade Federal do Estado do Amapá, Pós-Graduado em Ciências Penais pela UNISUL/LFG, Advogado militante, Ex-Conselheiro Federal da Ordem dos Advogado do Brasil, Membro da Comissão Nacional de Direitos Humanos da Ordem dos Advogados do Brasil e Membro do Comitê Estadual de combate a tortura.

**Objetivo:** A aula tem por finalidade consolidar o conhecimento do público-alvo sobre o instituto da prescrição da pena, abordando sobre sua natureza jurídica, espécies, efeitos da prescrição e competência para a sua declaração, bem como reflexão sobre a aplicação deste instituto pela jurisprudência pátria, sob a perspectiva da atuação funcional dos Defensores Públicos e Advogados.

**d) Aula sobre “Atuação forense do Defensor Público na Execução Penal”**

Data a confirmar para realização: 22 de setembro de 2022, às 19 horas.

Evento será presencialmente no auditório da Universidade Federal do Estado do Amapá, aberto ao público interno (membros, servidores e colaboradores) e externo (acadêmicos do Curso de Direito e outros cidadãos que possuam interesse sobre a temática).



**Metodologia de ensino:** aula dogmática, expositiva, reflexiva e dialogada.

**Professor Ministrante: Felipe Schmitz da Silva,** Graduado em Direito pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) é especialista em Direito Penal e Processo Penal pela Escola Superior do Ministério Público de Santa Catarina (EMPSC). Defensor Público no Estado de Santa Catarina, desde 2013, e foi Conselheiro no biênio de 2016/2018. Já atuou no Núcleo Regional de Lages e Criciúma e atualmente lotado no Núcleo Regional de São José na área de execução penal.

**Objetivo:** A aula tem por finalidade aperfeiçoar e atualizar as boas práticas realizadas no âmbito da atuação na Execução Penal. Tratar sobre as políticas criminal e penitenciária adotada em nosso país, sendo pontuado sobre a execução da pena privativa de liberdade, livramento condicional e suspensão condicional, pena restritiva de direito, medida de segurança e incidentes na execução penal.

**e) Aula de encerramento sobre “O papel do Defensor Público Criminal em tempos de cólera persecutória dos excluídos”:**

**Data a confirmar para realização:** 23 de setembro de 2022, às 19 horas.

Evento será presencialmente no auditório da Universidade Federal do Estado do Amapá, aberto ao público interno (membros, servidores e colaboradores) e externo (acadêmicos do Curso de Direito e outros cidadãos que possuam interesse sobre a temática).

**Metodologia de ensino:** aula dogmática, expositiva, reflexiva e dialogada.

**Professor Ministrante (confirmado): Amilton Bueno de Carvalho,** Ex-Desembargador do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul. Doutor Honoris Causa pela Faculdade de Ciências Sociais de Florianópolis (CESUSC). Doutor Honoris causa pela Faculdade de Direito de Cachoeiro do Itapemerim. Membro do Instituto dos Advogados do Rio Grande do Sul, da Associação dos Juizes para a Democracia e do Conselho Científico do Instituto Latinoamericano de Altos Estudos, Colômbia. Professor Visitante em cursos de pós-graduação em Direito Penal e Processo Penal, autor e co-autor de diversos livros, entre eles: “Direito Penal a marteladas – algo sobre Nietzsche e o Direito”, “Eles, os Juizes Criminais Vistos por Nós, os Juizes Criminais”, “Magistratura e Direito Alternativo” e “Garantismo Penal Aplicado. Palestrante em nível nacional e internacional, desde 2011.

**Objetivo:** a aula tem por finalidade despertar a compreensão do papel do Defensores Públicos Criminais para mudança do cenário de punitivismo exacerbado pelo Poder Judiciário, bem como suas práticas na persecução penal, e seu papel institucional como arauto da Defesa dos Direitos dos Excluídos associando a valores do garantismo penal e do abolicionismo penal.

### **6.1.3 Do curso de práticas forenses cíveis essenciais:**

O curso terá 30h, sendo que será ofertado de forma híbrida com a abordagem presencial ou virtual para com alguns temas, a depender das peculiaridades dos Professores Ministrantes.



O foco é aperfeiçoar e atualizar o corpo de membros e assessores sobre temas jurídicos relevantes para atuação funcional das atividades desempenhadas pela Defensoria Pública.

O curso é gratuito e está estruturado com os seguintes temas:

**a) Aula Inaugural “Teoria e prática: posse e ações possessórias”**

**Data a confirmar para realização:** 19 de outubro de 2022, às 19 horas.

Evento será presencialmente no auditório da Universidade Federal do Estado do Amapá, aberto ao público interno (membros, servidores e colaboradores) e externo (acadêmicos do Curso de Direito e outros cidadãos que possuam interesse sobre a temática).

**Metodologia de ensino:** aula dogmática, expositiva, reflexiva e dialogada.

**Professor Ministrante (confirmado): João Victor Rozatti Longhi**, Defensor Público do Estado do Paraná. Professor Visitante do Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Estadual do Norte do Paraná (UENP), mestrado e doutorado. Pós-Doutor no International Post-doctoral Programme in New Technologies and Law do Mediterranean International Centre for Human Rights Research (MICHHR - Università "Mediterranea" di Reggio Calabria), Itália. Pós-Doutor em Direito pela UENP. Doutor em Direito do Estado na Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (USP). Mestre em Direito Civil pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Bacharel em Direito pela Universidade Estadual Paulista - UNESP, com intercâmbio na Universidade de Santiago de Compostela (Espanha) Foi bolsista CAPES em nível Pós-Doutorado (PNPD-CAPES). Foi pesquisador bolsista da Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ), nível mestrado, e da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), em grau de iniciação científica. Foi professor Adjunto da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Uberlândia-MG (UFU) em graduação, pós-graduação lato sensu (especialização) e pós-graduação stricto sensu (mestrado). Foi Professor Substituto da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste). Foi professor no Centro de Ensino Superior de Foz do Iguaçu (CESUFOZ) e da União Dinâmica das Faculdades das Cataratas (UDC). Atuou como professor convidado em programas de pós-graduação lato sensu, como o da Escola da Magistratura do Estado do Paraná, Complexo Damásio de Jesus, Faculdade de Direito de Ribeirão Preto-USP, Curso Proordem, Universidade Pitágoras, PUC-Rio, ESA/OAB-RJ e dos programas executivos do IBMEC-Rio. Foi tutor de pesquisas da Escola de Direito do Rio de Janeiro da Fundação Getúlio Vargas (FGV-Rio). Aprovado em 1 lugar no III Concurso da Defensoria Pública do Estado do Paraná. Autor de obras dedicadas ao estudo do Direito Digital.

**Objetivo:** Tem por finalidade consolidar as bases de conhecimento acerca dos institutos possessórios e seus procedimentos especiais. A aula buscará dar ênfase a função social da posse, natureza, seus efeitos na prática, formas de aquisição ou de perda da posse, além das limitações e dos aspectos práticos de resolução de conflitos fundiários.

**b) Aula sobre a “Teoria e prática do inventário judicial”:**

**Data a confirmar para realização:** planejamos a depender da agenda do professor convidado realizar o evento no dia 11 de novembro de 2022, às 19 horas.

Av. Raimundo Álvares da Costa, 676 - Central, Macapá, Amapá, 68900-083 – Site: [www.dpe.ap.def.br](http://www.dpe.ap.def.br)



Evento será presencialmente no auditório da Universidade Federal do Estado do Amapá, aberto ao público interno (membros, servidores e colaboradores) e externo (acadêmicos do Curso de Direito e outros cidadãos que possuam interesse sobre a temática).

**Metodologia de ensino:** aula dogmática, expositiva, reflexiva e dialogada.

**Professor Ministrante (a confirmar): Cristiano Chaves de Farias**, Possui graduação em Direito pela Universidade Católica do Salvador (1995). Mestre em Família na Sociedade Contemporânea pela Universidade Católica do Salvador - UCSal. Atualmente é Promotor de Justiça do Ministério Público do Estado da Bahia. É Professor de Direito Civil da Faculdade Baiana de Direito e do Complexo de Ensino Renato Saraiva. Já lecionou em outras instituições de ensino jurídico como a Faculdade de Direito da UFBA, Rede Telepresencial de Ensino LFG, Curso JusPODIVM - Centro Preparatório para a Carreira Jurídica, UNIFACS, UNIJORGE e UCSal. E é membro do IBDFAM - Instituto Brasileiro de Direito de Família.

**Objetivo:** Proporcionar aos Defensores Públicos, servidores, profissionais do Direito, bacharéis e outros correlatos, a aplicação prática sobre temas relevantes que envolvem o instituto do inventário, em especial pelos recentes entendimentos consolidados pelos Tribunais Superiores e procedimentos descritos pela doutrina.

Além do compartilhamento de práticas forenses realizadas pelo ministrante em sua atuação funcional.

**c) Aula sobre a “Teoria e prática do inventário extrajudicial”:**

**Data a confirmar para realização:** planejamos a depender da agenda do professor convidado, realizar o evento no dia 21 de outubro de 2022, às 19 horas.

Evento será presencialmente no auditório da Universidade Federal do Estado do Amapá, aberto ao público interno (membros, servidores e colaboradores) e externo (acadêmicos do Curso de Direito e outros cidadãos que possuam interesse sobre a temática).

**Metodologia de ensino:** aula dogmática, expositiva, reflexiva e dialogada.

**Professora Ministrante (confirmada): Elayne Cantuária**, Doutoranda em Ciências Jurídico-políticas na Universidade de Lisboa - UL. Mestre em Ciências Jurídico-políticas pela Universidade de Lisboa (2008). Atua como Juíza de Direito da 2ª Vara de Família, Órfãos e Sucessões de Comarca de Macapá - AP. Atualmente é vice-presidente para Assuntos Legislativos da AMB - Associação dos Magistrados Brasileiros e; ex-presidente da AMAAP (Associação dos Magistrados do Amapá). Professora da EJAP - Escola Judicial do Amapá, da EMAP - Escola da Magistratura do Amapá e, docente permanente do Mestrado Profissional da ENFAM - Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados. Tem experiência como professora na Universidade Federal do Amapá - UNIFAP das disciplinas Responsabilidade Civil, Processo Civil, Direito Empresarial em 2017/2018.

**Objetivo:** Proporcionar aos Defensores Públicos, servidores, profissionais do Direito, bacharéis e outros correlatos, a aplicação prática sobre temas relevantes que envolvem o instituto do inventário extrajudicial, para que possam articular com os conhecimentos descritos nas disposições do art. 610 do NCPC, Resolução 35 do CNJ, Normas da Corregedoria do Estado do



Amapá, regras de competência, representação das parte por meio de escritura pública, inventário negativo, cessão de direitos hereditário e inventário com testamento.

**d) Aula sobre a “Lei do superendividamento: visão sistemática para atuação em prol do Consumidor”:**

**Data a confirmar para realização:** planejamos a depender da agenda dos professores convidados, realizar o evento no dia 24 de outubro de 2022, às 19 horas.

Evento será presencialmente no auditório da Universidade Federal do Estado do Amapá, aberto ao público interno (membros, servidores e colaboradores) e externo (acadêmicos do Curso de Direito e outros cidadãos que possuam interesse sobre a temática).

**Metodologia de ensino:** aula dogmática, expositiva, reflexiva e dialogada.

**Professores Ministrantes (a confirmar): Mário Mendonça**, Doutor em Ciência Jurídica e Sociais, Mestre em Gestão de Negócios, Professor Adjunto da Universidade Federal do Estado do Amapá, Presidente do Instituto Mediar (ONG), Consultor e Palestrante.

**Marcia Andrade**, Especialista em Direito e Processo Tributário, Coordenadora Geral do Núcleo de Atendimento ao Consumidor Endividado e Superendividado (NACES) PROCON-AP.

**Objetivo:** Garantir a aquisição ou atualização dos Defensores Públicos, servidores, profissionais do Direito, bacharéis e outros correlatos, quanto aos instrumentos de prevenção, educação financeira e proteção do consumidor decorre das disposições da Lei nº 14.181/2021 e as soluções práticas ao superendividamento encontradas no Direito Material do Consumidor e sua Solução por métodos consensuais de conflitos.

**e) Aula sobre “Métodos restaurativos, Conciliação e Mediação Extrajudicial”:**

**Data a confirmar para realização:** planejamos a depender da agenda do professor convidado, realizar o evento no dia 25 de outubro de 2022, às 16 horas.

Evento será presencialmente no auditório da Universidade Federal do Estado do Amapá, aberto ao público interno (membros, servidores e colaboradores) e externo (acadêmicos do Curso de Direito e outros cidadãos que possuam interesse sobre a temática).

**Metodologia de ensino:** aula dogmática, expositiva, reflexiva e dialogada.

**Professores Ministrantes (a confirmar): Ozeas da Silva Nunes**, Advogado, Presidente da Comissão de Prerrogativas da OAB/AP, Mestre pela UMESP, integrante e árbitro da Câmara de Arbitragem e Mediação do Amapá (CAMAP), já lecionou nos Cursos Superiores de Direito das Faculdades Estácio Macapá, Faculdade de Macapá, atuou como Defensor Público da 4º Vara Criminal (2017).

**Mário Mendonça**, Doutor em Ciência Jurídica e Sociais, Mestre em Gestão de Negócios, Professor Adjunto da Universidade Federal do Estado do Amapá, Presidente do Instituto Mediar (ONG), Consultor e Palestrante.



**Objetivo:** conscientizar, aperfeiçoar e atualizar os Defensores Públicos, servidores, profissionais do Direito, bacharéis e outros correlatos, quanto a necessidade da diversidade da utilização de métodos de resolução de conflitos.

**f) Aula de encerramento sobre “Reflexão sobre os negócios jurídicos e a Covid-19”**

**Data a confirmar para realização:** planejamos a depender da agenda do professor convidado, realizar o evento no dia 25 de outubro de 2022, às 19 horas.

Evento será presencialmente no auditório da Universidade Federal do Estado do Amapá, aberto ao público interno (membros, servidores e colaboradores) e externo (acadêmicos do Curso de Direito e outros cidadãos que possuam interesse sobre a temática).

**Metodologia de ensino:** aula dogmática, expositiva, reflexiva e dialogada.

**Professor Ministrante: César Calo Peghini,** Pós-doutor em Direito pela Università degli Studi di Messina. Doutor em Direito Civil pela PUC/SP. Mestre em Função Social do Direito pela Faculdade Autônoma de Direito FADISP. Especialista em Direito do Consumidor na experiência do Tribunal de Justiça da União Européia e na Jurisprudência Espanhola, pela Universidade de Castilla-La Mancha, Toledo/ES. Especialista em Direito Civil pela Instituição Toledo de Ensino ITE. Especialista em Direito Civil e Processo Civil pela Escola Paulista de Direito - EPD. Graduado em Direito pelo Centro Universitário das Faculdades Metropolitanas Unidas - FMU. Professor Titular permanente do Programa de Pós-graduação Stricto Sensu (mestrado) da Faculdade Escola Paulista de Direito - EPD. Professor dos Cursos de Pós-Graduação Lato Sensu da Escola Paulista de Direito - EPD; Professor convidado no curso de pós-graduação lato sensu em Direito Civil na Faculdade de Direito da Universidade Presbiteriana Mackenzie; Professor convidado no curso de pós-graduação lato sensu em Direito Imobiliário da PUC-COGAE; Professor convidado no curso de pós-graduação online lato sensu em Direito Civil e Processo Civil da FAAP - Fundação Armando Álvares Penteado; Arbitro da Câmara de Mediação e Arbitragem Especializada ? CAMES; Atual Coordenador do Núcleo Temático da escola em Direito Imobiliário da Escola Superior de Advocacia da Ordem dos Advogados do Brasil - Seção São Paulo. Professor visitante em cursos de pós-graduação lato sensu. Professor nos Cursos Preparatórios para Concursos Públicos e Cursos Livres do Meu Curso Inteligência e Tecnologia Educacional. Membro Fundador e Diretor de Eventos do Instituto Brasileiro de Direito Contratual (IBDCONT). Associado e Diretor de Eventos do Instituto Brasileiro de Direito de Família (IBDFAM/SP). Presidente da coordenadora de Tecnologia & Desenvolvimento Legislativo da AD NOTARE - Academia Nacional de Direito Notarial e Registral. Membro Efetivo da Comissão Especial de Soluções Consensuais de Conflitos da OAB/SP. Vice-Presidente da Comissão de Direito Imobiliário e Condominial da 125 Subseção da OAB de Santana; Membro Efetivo da Comissão Especial de Advocacia Condominial da OAB/SP, Arbitro e consultor jurídico.

**Objetivo:** Preparar o os Defensores Públicos, servidores, profissionais do Direito, bacharéis e outros correlatos, para os desafios cíveis relacionados aos negócios jurídicos no curso do momento pandêmico, a fim de desenvolver pensamento crítico e lógico para resoluções de litígios desta natureza.